

**JOSÉ  
MANUEL  
QUINTAS**

**VIDA E  
MORTE DO  
28 DE MAIO  
OS «CAMISAS AZUIS»**

**A NEUTRALIZAÇÃO DO  
«ESPÍRITO DO 28 DE MAIO».  
DA PROMESSA MUNICIPALISTA  
AO REGIME DE PARTIDO ÚNICO.**

## ÍNDICE

PREFÁCIO . . . . .	9
VIDA E MORTE DO «28 DE MAIO» . . . . .	13
O programa do «28 de Maio» . . . . .	14
Perante o projecto de Constituição . . . . .	26
A caminho das eleições . . . . .	31
O desafio Nacional-Sindicalista à Salazarquia. . .	34
DOCUMENTOS . . . . .	45
Doc. 1 (28/05/1926). . . . .	49
Doc. 2 (01/06/1926). . . . .	53
Doc. 3 (14-15/06/1926) . . . . .	57
Doc. 4 (15/06/1926). . . . .	69
Doc. 5 (20/06/1934). . . . .	73
Doc. 6 (08/1934) . . . . .	91
Doc. 7 (11/1934). . . . .	99
Doc. 8 (24/12/1934). . . . .	107
Doc. 9 (01/12/1936; publ. 01/1937). . . . .	113

JOSÉ MANUEL QUINTAS

FONTES. . . . .	123
Arquivos privados. . . . .	125
Legislação. . . . .	127
Fontes jornalísticas . . . . .	129
Referências bibliográficas . . . . .	133

## PREFÁCIO

Este trabalho nasce de uma interrogação persistente sobre o significado histórico e político do 28 de Maio de 1926 e sobre o destino do conjunto de ideias que, nesse momento, se apresentaram como promessa de regeneração da vida pública portuguesa. Ao longo de décadas, o pronunciamento militar foi fixado na memória colectiva sobretudo como mito fundador do Estado Novo. Com maior ou menor sofisticação, essa leitura acabou por obscurecer o conteúdo político concreto do movimento inicial, as suas fracturas internas e, sobretudo, a derrota das soluções alternativas que nele se anunciaram.

O ponto de partida deste ensaio é a constatação de que o chamado «espírito do 28 de Maio» não foi uma construção retrospectiva, mas uma realidade politicamente enunciada e debatida no curso dos acontecimentos. Associado à figura do general Gomes da Costa, esse espírito exprimia uma rejeição profunda da partidocracia republicana e uma proposta distinta de representação política, baseada no município, no sindicato e nos corpos

intermédios da sociedade, com exclusão da mediação partidária. Tratava-se de um projecto que pretendia restaurar a autoridade do Estado sem abdicar da representação da pluralidade social nem das liberdades essenciais.

A rápida neutralização desse projecto – consumada com o afastamento de Gomes da Costa em Julho de 1926 – marcou um ponto de viragem decisivo. A partir daí, a Ditadura Militar evoluiu no sentido da concentração do poder, abrindo caminho à afirmação de Oliveira Salazar e à construção de um regime centralizado que, embora apropriando-se da retórica da *Revolução Nacional*, se afastou progressivamente do seu impulso original. A Constituição de 1933 e a institucionalização do partido único selaram essa transformação.

É neste quadro que se inscreve a trajectória do Integralismo Lusitano e, mais tarde, do Movimento Nacional-Sindicalista, conhecido pela designação popular de *Camisas Azuis*. Longe de constituírem epígonos dos fascismos europeus, estes movimentos representaram a tentativa mais consequente de manter viva uma concepção municipalista, orgânica e antitotalitária da representação política. A sua repressão e proibição revelam, de forma particularmente nítida, a incompatibilidade entre esse projecto e a natureza efectiva do *Estado Novo*.

Ao acompanhar este percurso – da promessa inicial à sua derrota política – procurei compreender como um movimento que se apresentou como regenerador da República acabou por servir de fundamento simbólico a um regime que lhe negou os princípios essenciais.

O destino dos *Camisas Azuis* é, neste sentido, menos um episódio marginal do que um revelador privilegiado: nele se cruzam as tensões entre revolução e reforma, entre descentralização e estatismo, entre autoridade política e liberdades.

Este ensaio não pretende reabilitar nostalgias nem construir genealogias artificiais. Visa, antes, restituir complexidade a um momento decisivo da história contemporânea portuguesa, mostrando como outras vias foram pensadas, discutidas e proscritas. A morte do espírito do 28 de Maio não foi um acidente inevitável, mas o resultado de escolhas políticas concretas. Abrangê-las é condição necessária para compreender o regime que delas resultou.

Manifesto o meu grato reconhecimento às pessoas que me facultaram a documentação que tornou possível este trabalho: Mário Saraiva, Teresa Raposo Martins de Carvalho, Rita Rolão Preto, José de Campos e Sousa. Estes e outros documentos encontram-se à disposição de todos os interessados no portal Estudos Portugueses (<https://www.estudosportugueses.com/>), onde publiquei as primeiras versões deste ensaio.

Abril de 2026

J. M. Q.

## VIDA E MORTE DO «28 DE MAIO»

A revolta militar de 28 de Maio de 1926 marcou uma ruptura na vida política portuguesa. O pronunciamento militar em Braga, apresentado pelo general Gomes da Costa como um levantamento patriótico contra a *ação devassa e tirânica* dos partidos políticos que sufocava a nação, pretendia realizar uma revolução regeneradora fundada no municipalismo e no sindicalismo. A marcha sobre Lisboa, a adesão de militares de diferentes sensibilidades políticas e o derrube da ordem constitucional pareciam, num primeiro momento, anunciar o início desse novo ciclo político. Contudo, à medida que os acontecimentos se sucederam, tornaram-se evidentes as contradições internas do movimento e a ausência de um plano político unificado.

Estabeleceu-se inicialmente uma dualidade no comando – uma verdadeira bicefalia. Enquanto Gomes da Costa ambicionava instaurar um *Novo Estado*, de base municipalista e sindical, Mendes Cabeçadas privilegiava uma solução autoritária capaz de salvar a partidocracia da

I República. Líder do pronunciamento militar, Gomes da Costa consegue afastar Mendes Cabeçadas, mas acaba por ser preso e deportado para os Açores na sequência do golpe de Estado de 9 de Julho.

Segue-se o esvaziamento progressivo do *espírito do 28 de Maio*, de matriz municipalista e sindical. Partindo dos propósitos iniciais dos protagonistas, aqui se passa em revista as tensões e as disputas dentro da Ditadura Militar até ao momento em que o programa de Gomes da Costa é definitivamente afastado por Oliveira Salazar e o seu núcleo político. O que começou com uma promessa de regeneração por via do municipalismo acabou por ser absorvido e transformado num regime de partido único.

### **O programa do «28 de Maio»**

O movimento militar de 28 de Maio de 1926 começou com um pronunciamento feito em Braga pelo general Gomes da Costa. Na breve proclamação publicada naquele dia pelos jornais, Gomes da Costa reagia à acção de uma minoria devassa e tirânica que asfixiava a Nação. O general não invocava outro nome que não fosse o próprio – *eu por mim, revolto-me* –, apelando aos homens de valor, de coragem e de dignidade que se lhe juntassem (Documento n.º 1). Gomes da Costa procurava transformar o pronunciamento em revolução e a revolução em movimento nacional.

Em Lisboa não se tinha feito caso da carta que o capitão-de-fragata Mendes Cabeçadas – o revolucionário que, ao comando do *Adamastor*, dera o sinal para o início das hostilidades no «5 de Outubro» – enviara em 27 de Maio ao presidente Bernardino Machado, instando-o à urgente organização de um governo extrapartidário, constituído por republicanos que merecessem a confiança do País. No Porto e em Braga, tanto o general Peres como o general Sousa Dias nada conseguiram fazer para travar a eclosão da revolta. Na madrugada de 30 foram enviadas ordens para libertar o comandante Cabeçadas, preso em Santarém, tornando-o em seguida chefe do Governo, ministro da Marinha e, interinamente, ministro de todas as pastas. Em 31 de Maio, Cabeçadas assegurava já as aparências de uma transição legal, aceitando a plenitude do poder na renúncia presidencial de Bernardino Machado.

Entretanto, o general Gomes da Costa marchava em direcção a Lisboa com as tropas que ia reunindo no Norte. No dia 1 de Junho, sendo conhecida a renúncia do presidente Bernardino Machado quando as tropas revoltadas estavam já nas proximidades do Porto, o jornal *O Século* publicava uma nova proclamação. Gomes da Costa deixava de falar em nome próprio – afirmava-se agora à *frente do Exército* – e tornava claro que o seu propósito era opor-se à *acção nefasta dos políticos e dos partidos* e pôr termo a uma *ditadura de políticos irresponsáveis*. No seu entender, não existia *uma verdadeira Representação Nacional*, pelo que enunciava o propósito de instituir um *Governo Nacional Militar que concentre em si todos os poderes* para,

*na hora própria, os restituir a uma verdadeira Representação Nacional, ciosa de todas as liberdades* (Documento n.º 2).

No dia 6 de Junho, Gomes da Costa entrou em Lisboa à frente de 13 000 homens das guarnições militares de todo o País. A parada no Campo Grande e o desfile militar na Avenida da Liberdade foram saudados em apoteose pela população de Lisboa.

Seria o «28 de Maio» mais uma parada militar e o prelúdio de uma nova espiral de instabilidade e violência em que a I República se tornara fértil?

A *Noite Sangrenta*, de 19 para 20 de Outubro de 1921 – com os assassinatos de António Granjo, Machado Santos, José Carlos da Maia e Botelho de Vasconcelos –, permanecia na memória colectiva e alimentava esses receios. Em cerca de 16 anos de regime republicano, formaram-se 45 executivos (uma média de quase três governos por ano) e foram escolhidos oito presidentes; um deles, Sidónio Pais, acabaria também assassinado. Para alguns, o *28 de Maio* parecia anunciar a continuação da desordem, da intranquilidade e do descrédito financeiro. Ainda assim, a mobilização desencadeada pelo apelo de Gomes da Costa reuniu militares de sensibilidades muito diversas – conservadores, radicais, jacobinos, autoritários e moderados –, ficando de fora, em grande medida, apenas remanescentes do Partido Democrático.

Em 7 de Junho, num governo chefiado por Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa afirmou ao tomar posse das pastas da Guerra e das Colónias: *O movimento que chefeei está absolutamente integrado na República para bem da Pátria e*